

A lucidez em uma universidade sitiada



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR***

Diante da dependência cognitiva que nos faz produzir muito e compreender pouco, a lucidez é o último reduto de uma universidade que ainda ousa pensar

1.

A universidade pública brasileira vive hoje uma situação paradoxal. Produz mais artigos, mais relatórios, mais dados e mais indicadores do que nunca. Ao mesmo tempo, compreende cada vez menos o país que a sustenta. Essa contradição não é acidental nem recente. Ela expressa uma forma histórica específica de produção do conhecimento em sociedades dependentes.

Os livros que fundamentam este texto partem de uma constatação simples e desconfortável: já pensamos, em grande medida, com as epistemes dos países centrais da economia mundial. Não se trata de influência cultural difusa nem de atraso intelectual. Trata-se de uma dependência estruturada, organizada institucionalmente e financiada pelo fundo público.

Nos últimos três anos, esse quadro não foi revertido. Pelo contrário. Após um período de ataques diretos às universidades e à ciência, houve recomposição parcial do financiamento. Muitos celebraram como reconstrução. O que ocorreu, na prática, foi outra coisa: o retorno do financiamento veio acompanhado de maior controle epistemológico.

A política científica recente não fracassou. Ela funcionou exatamente como deve funcionar em um país dependente. O erro recorrente é imaginar que haveria uma internacionalização neutra, capaz de ampliar a circulação do conhecimento sem subordinação. Nas condições concretas do capitalismo periférico, internacionalizar significa alinhar agendas, métodos, linguagens e perguntas às demandas do centro.

Os órgãos de fomento passaram a operar como instâncias de tradução. Problemas nacionais são reformulados para caber em agendas globais. Conflitos históricos são convertidos em indicadores. Questões estruturais viram projetos fragmentados, gerenciáveis e avaliáveis. O conhecimento torna-se tecnicamente correto e historicamente raso.

Editais recentes falam em relevância social, mas medem impacto bibliométrico. Falam em diversidade epistemológica, mas exigem adesão a métodos e referências consagrados no Norte. Falam em inovação, mas apenas aquela compatível com a inserção subordinada do país nas cadeias globais de valor. O discurso muda; a hierarquia permanece.

O sistema de avaliação da pós-graduação reforça esse movimento. Rankings, fatores de impacto e indexações deixaram de ser instrumentos auxiliares e passaram a organizar a vida acadêmica. O efeito mais profundo não é a exclusão direta, mas a antecipação da dependência. O pesquisador aprende cedo o que pode perguntar, o que deve evitar e o que simplesmente não compensa pensar.

2.

Forma-se um regime de autocensura preventiva. Não é preciso proibir ideias; basta torná-las inviáveis institucionalmente. A dependência deixa de ser imposição externa e passa a funcionar como racionalidade cotidiana do trabalho acadêmico. Publica-se muito. Questiona-se pouco.

É nesse ponto que a colonialidade se mostra mais atual. Ela não opera apenas excluindo saberes do Sul, mas incorporando-os de forma controlada. Pode-se falar de colonialidade, dependência ou epistemologias do Sul – desde que essas categorias não reorganizem o núcleo explicativo das pesquisas nem questionem os critérios que as avaliam.

O resultado é a modernização da dependência cognitiva. O sistema torna-se mais sofisticado, menos violento e mais eficiente. A crítica é tolerada como discurso, mas neutralizada como prática. A universidade continua existindo, funcionando e produzindo – mas com capacidade cada vez menor de interpretar a própria sociedade.

Projetar esse movimento para 2026 exige abandonar ilusões. O cenário mais provável é o da continuidade estabilizada. O financiamento público deve se manter, mas cada vez mais condicionado. A internacionalização seguirá sendo critério central de prestígio. As agendas globais continuarão definindo prioridades. Não há sinais estruturais de inflexão.

Isso não significa ausência de conflito. O aprofundamento da dependência cognitiva produz mal-estar crescente. O descompasso entre produtividade e sentido gera esgotamento, cinismo institucional e crises recorrentes de legitimidade. Trabalha-se muito. Compreende-se pouco. Vive-se em permanente escassez de tempo histórico.

É nesse contexto que a categoria da lucidez se torna decisiva. Lucidez não é solução política nem programa institucional. É uma posição mínima diante de um tempo bloqueado. Ser lúcido é reconhecer a posição histórica ocupada e recusar a naturalização da subordinação como virtude.

A lucidez não salva a universidade nem supera a dependência. Mas impede algo essencial: o fechamento completo do sentido. Enquanto houver lucidez, haverá fratura. Enquanto houver fratura, haverá pensamento. Em um cenário no qual a superação da dependência não está no horizonte imediato, sustentar a lucidez é uma forma mínima – e necessária – de resistência intelectual.

A universidade pública brasileira segue sitiada. Ainda assim, permanece como um dos poucos lugares onde a crítica pode sobreviver, ainda que sob pressão permanente.

3.

A política científica recente não foi perdida. Funcionou exatamente como deveria em um país dependente. Cometer o mesmo erro repetidamente é presumir que haveria uma internacionalização neutra e a disseminação do conhecimento além-fronteiras sem ser subjugado. Sob as condições empíricas do capitalismo periférico, internacionalizar significa mover questões, formas de saber, palavras e objetos em sintonia com o que o centro demanda. Não é um desvio, mais uma regra. As agências de financiamento começaram a trabalhar como tradutoras cognitivas.

Questões nacionais são reinterpretadas para se alinhar com agendas globais. Conflitos históricos tornam-se marcadores. Questões estruturais são divididas em projetos gerenciáveis, avaliáveis e comparáveis. O conhecimento torna-se tecnicamente correto, mas superficial no contexto histórico. Leva a história e a transmuta em projetos práticos que satisfazem as necessidades do mercado. A forma científica se aperfeiçoou, mas o conteúdo crítico está empobrecido.

Chamadas recentes mencionam relevância social, mas medem impacto bibliométrico. Assim, falam de diversidade epistemológica, mas insistem na adesão prévia a métodos e referências do Norte. Inovação – mas apenas de uma forma que se encaixe na inserção subordinada do país na cadeia de valor global. Atualiza o vocabulário, mas não altera a hierarquia.

Esta progressão é ainda apoiada pelo sistema de avaliação de pós-graduação.

Rankings, fatores de impacto e índices não são mais periféricos, mas estão começando a estruturar a existência acadêmica. O impacto mais profundo deste processo não é a exclusão direta, mas a antecipação da dependência. O pesquisador pode descobrir cedo o que pode perguntar, o que não deve e o que simplesmente não vale a pena perguntar se quiser sobreviver institucionalmente.

Assim, estabelece-se um regime de autocensura epistemológica preventiva. Não há razão para banir ideias; apenas que são inviáveis, do ponto de vista avaliativo. A dependência deixa de ser uma mera imposição extrínseca e torna-se, em vez disso, a racionalidade cotidiana do trabalho acadêmico. Escreve-se muito, produz-se demais, mas há sempre menos questionamento. É aqui que a colonialidade se manifesta de forma mais imediata.

Como demonstrou Aníbal Quijano, a colonialidade perdura após o fim oficial do colonialismo, mas continua na forma de um padrão de poder que organiza o mundo que conhecemos hoje. Na literatura do conhecimento, ela existe não apenas eliminando o conhecimento do Sul neste contexto, mas através de uma incorporação disciplinada e judiciosa. Pode-se argumentar sobre colonialidade, dependência ou epistemologias do Sul – desde que essas categorias não transformem o centro explicativo da pesquisa, ou os próprios critérios que as julgam.

4.

Nesse sentido, as contribuições de Boaventura de Sousa Santos têm particular relevância, pois a hierarquia epistemológica constitui parte integrante da modernidade capitalista. O problema, no entanto, não é tanto a falta de conhecimento alternativo, mas a impossibilidade estrutural desse conhecimento ocupar uma posição fundamental na produção científica legitimada. Como consequência dessa transformação, a dependência cognitiva passou por uma modernização.

Esse sistema torna-se mais complexo, mais técnico e menos abertamente violento. A crítica é permitida como discurso, mas neutralizada como prática. A universidade continua a existir, a funcionar, a produzir, mas com uma capacidade cada vez menor de tornar a história inteligível o suficiente sobre a sociedade que a sustenta. Projetar esse cenário para 2026 envolve tanto desilusão quanto ilusões. O mais provável é a continuidade. O financiamento público geralmente existe, mas é mais condicionado.

A internacionalização continuará a ser uma medida chave de prestígio. As prioridades permanecerão fixadas por agendas globais. Nenhum sinal de inflexão estrutural, apenas uma acomodação. Isso provavelmente será considerado como plenamente humano, único e publicável pela maioria das instituições acadêmicas e sites. Conflito em seu ponto não significa que o conflito não ocorrerá. A dependência cognitiva cria mais desconforto dentro da universidade.

Essa desconexão entre produtividade e significado produz fadiga, cinismo institucional e crises contínuas de legitimidade. As pessoas trabalham muito, sabem quase nada e vivem de acordo com uma escassez perpétua de tempo histórico. A lucidez é, portanto, central interpretativamente a esse respeito. A lucidez não é uma resposta política, nem um programa institucional, nem mesmo uma obrigação de alcançar rapidamente. É uma posição cognitiva mínima em um momento restrito.

Ser lúcido é reconhecer uma posição histórica enquanto repudia a naturalização da subordinação como virtude ou destino. Essa lucidez não salvará a universidade, nem se emancipará de sua dependência. Mas bloqueia algo indubitável, que é um fechamento completo de significado. Haverá, enquanto houver lucidez, fratura. A fratura gera pensamento. E em um terreno onde superar a dependência não está nem perto do horizonte histórico, manter a lucidez é mínimo, em vez de meramente necessário, como um modo de resistência intelectual. A universidade pública brasileira está sitiada.

Mas ainda é um dos raros lugares onde a crítica pode sobreviver: mesmo que a crítica seja, na melhor das hipóteses, relativizada, tensionada ou sempre sob ameaça. Isso não é algo fácil: Ver isso claramente e não sucumbir a ilusões exige

a terra é redonda

não equiparar adaptação com emancipação ou sobrevivência institucional com autonomia intelectual.

***João dos Reis Silva Júnior** é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Autor, entre outros livros, de Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados) [<https://amzn.to/4fLXTKP>].

Referências

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 78, 2007.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**